Revisão do contrato de custódia

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Quer o cliente deposite ativos junto a um custodiante, quer atue ele próprio como custodiante, o contrato de custódia decide o resultado na insolvência analisado no sexto guia de decisão. O checklist de revisão é o complemento prático desse guia. Ele foi escrito do ponto de vista do depositante. Um custodiante que revise seus próprios termos o lê ao contrário.[1]

Checklist

- Natureza da obrigação: o custodiante se compromete a manter disponíveis, a todo momento, os ativos específicos ou uma quantidade equivalente? Qualquer direito de usar, emprestar, fazer staking, empenhar ou reempenhar (rehypothecate) afasta a segregação.
- Estrutura das carteiras: endereços alocados individualmente ou omnibus; se omnibus, como a participação do cliente é registrada e com que frequência é conciliada.
- Declaração da qualificação jurídica: o contrato suíço deve fazer referência ao art. 242a da SchKG/DEBA e ao compromisso do custodiante; o contrato de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Singapura deve declarar o trust e definir o interesse beneficiário como uma participação proporcional em cada pool de ativos.

- Tratamento de forks, airdrops e recompensas de staking: quem os recebe, quem decide se um fork será suportado e em que prazo.
- Gestão de chaves: quem detém as chaves, arranjos de multiassinatura ou MPC, distribuição geográfica, recuperação de desastres e se o cliente pode verificar as posições on-chain.
- Instruções: signatários autorizados, autenticação, horários-limite, o direito do custodiante de recusar e a responsabilidade por instruções fraudulentas executadas.
- Taxas e direitos de retenção: se o custodiante tem direito de retenção ou de compensação sobre os ativos dos clientes, o que pode transformar um ativo segregável em garantia dos créditos do custodiante.
- Responsabilidade: padrão de diligência, exclusões, limites, seguro e a cobertura efetivamente contratada (seguro specie ou contra crimes, limites, exclusões para hot wallets).
- Subcustódia: se é permitida, quem são os subcustodiantes e se os direitos do cliente subsistem à insolvência do subcustodiante.
- Reporte: extratos, relatórios de asseguração do auditor sobre a segregação, acesso aos registros de conciliação.
- Rescisão: prazos de aviso prévio, o procedimento de entrega na rescisão e o prazo em que os ativos devem ser devolvidos.
- Lei aplicável e foro: um custodiante suíço sob o direito suíço, um custodiante de Singapura sob o direito de Singapura; evitar uma terceira lei que nenhum dos tribunais da insolvência aplicará à questão da segregação.
- Garantias sobre a situação regulatória: licença ou filiação a um organismo de autorregulação (OAR), notificação de mudança de situação e a consequência da perda da licença.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Confidencialidade e dados: quem pode acessar os dados dos clientes, incluindo fornecedores de análise de blockchain e entidades do grupo no exterior.

Notas

1. DEBA, arts. 242a e 242b; Payment Services Regulations 2019, conforme alteradas em 2024; o contrato de custódia é analisado sob o direito suíço na Parte D, Capítulo IV, e sob o direito de Singapura na Parte J, Capítulo II. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com